

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.692 - SP (2019/0232276-6)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : R C**  
**ADVOGADO : RODRIGO LUIZ SILVEIRA E OUTRO(S) - SP188003**  
**AGRAVADO : A T V**  
**ADVOGADO : FABIANO VANTUILDES RODRIGUES - SP182905**

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. UNIÃO ESTÁVEL. PARTILHA DE BEM IMÓVEL. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA INCOMUNICABILIDADE. SUB-ROGAÇÃO À VENDA DE IMÓVEL PARTICULAR. REVER O JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por R.C., com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 452):

APELAÇÃO. Ação de reconhecimento e dissolução de união estável, guarda, regulamentação de visitas, fixação de alimentos e partilha de bens.

Partes se compuseram em relação ao período de união estável, regulamentação de visitas e alimentos. Mantida a lide em relação à partilha.

Sentença de improcedência.

PRELIMINARES. Decisão proferida na vigência CPC/2015. Aplicação desse diploma legal, em respeito ao sistema de isolamento dos atos processuais.

Cerceamento de defesa. Não ocorrência. Provas produzidas nos autos suficientes para a solução do litígio. Questão posta nos autos se resolve pela imputação do ônus da prova. Aplicação da regra do artigo 373, incisos I e II, CPC/2015.

MERITO. Partilha de único imóvel incabível. Imóvel adquirido em sub-rogação à venda de imóvel particular da ré. Incomunicabilidade. Inteligência do inciso II do artigo 1659 do Código Civil.

Sentença mantida. Motivação do decisório adotado como julgamento em segundo grau, Inteligência do art. 252 do RITJ.

Recurso não provido.

Nas razões do recurso especial, o recorrente alegou, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 1.658, 1.659, II, e 1.725 do Código Civil; e 5º, II, da Lei n. 9.278/1996.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Insurgiu-se, em suma, contra a conclusão do acórdão recorrido em manter a sentença do magistrado de primeiro grau que negou o direito à partilha de bem imóvel adquirido na constância da união estável.

Sustentou que o referido bem foi adquirido durante a convivência do casal e com recursos e bens de ambas as partes.

Aduziu que contribuiu com o pagamento do financiamento do imóvel dito por sub-rogado, além dos gastos investidos após a aquisição do bem, objeto de discussão dos autos, não podendo ser considerado bem particular da recorrida.

Discorreu sobre a presunção de esforço comum dos conviventes quanto aos bens adquiridos de forma onerosa durante a união estável.

Apontou, ao final, divergência jurisprudencial.

A decisão da Presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deixou de admitir o recurso especial por incidência da Súmula 7/STJ (e-STJ, fls. 527-528).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 531-540 (e-STJ), e contraminuta apresentada às fls. 545-548 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil, de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

No caso, o Colegiado estadual, ao confirmar integralmente a sentença, consignou que "as provas encartadas são claras em apontar pela improcedência do pedido de partilha, na medida em que o imóvel foi adquirido em sub-rogação à venda de imóvel particular da ré, que está excluído da comunhão, conforme disposto no artigo 1659, inciso II do Código Civil" (e-STJ, fls. 456-457).

Nesse contexto, tendo o acórdão recorrido concluído pela

# *Superior Tribunal de Justiça*

incomunicabilidade do bem, por ter sido o imóvel objeto de discussão adquirido em sub-rogação de bem particular da recorrida, não há como rever essa premissa e acolher a insurgência recursal sem proceder ao revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pelo óbice da Súmula n. 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. DIVÓRCIO. UNIÃO ESTÁVEL. PARTILHA DE BENS. SUB-ROGAÇÃO. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Inviável, em sede de recurso especial, modificar o acórdão recorrido que concluiu ser o imóvel fruto da sub-rogação de bem particular, não se comunicando pelo casamento, tendo em vista que a análise do tema demandaria o reexame de provas, o que é vedado, nos termos da Súmula nº 7/STJ.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 536.244/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 03/08/2015)

Por fim, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas de cada caso.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios em favor dos advogados da parte ora recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade de Justiça deferida ao recorrente.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

